



Autor: P. Executivo
D.O. 8.7.66

Estado de Mato Grosso

LEI Nº 2 625, de 7 de julho de 1 966.

Estabelece normas para a cobrança de imposto sobre vendas e consignações, devido e exigível dos abatedouros, frigoríficos e matadouros.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - O imposto sobre vendas e consignações incidente sobre as operações praticadas por Abatedouros, Frigoríficos e Matadouros, segundo a legislação estadual, será devido e exigível segundo o disposto nesta lei.

Parágrafo único - Entende-se por operações todas as compras e vendas de bovinos e suínos, venda de carne verde, congelada ou resfriada, embutidos, enlatados e todos os subprodutos originários do abate.

Artigo 2º - O imposto a que se refere o artigo antecedente, terá por base o dobro do valor apurado nas operações praticadas pelo aludido estabelecimento no mês imediatamente anterior àquele em cujo curso fôr devido e exigível o imposto.

Artigo 3º - A décima parte da quantia obtida, de acordo com os ditames do artigo 2º, constituirá a importância sujeita à tributação, sobre ela aplicando-se as alíquotas estabelecidas na legislação comum.

Artigo 4º - A tributação estabelecida no artigo anterior será objeto de lançamento pela Repartição arrecadadora em cuja circunscrição fiscal se situar o estabelecimento.

§ 1º - Para efeito de lançamento, os estabelecimentos mencionados nesta lei, apresentarão à Repartição arrecadadora, até o dia 10 (dez) de cada mês, resumo das operações tributáveis, praticadas no mês imediatamente anterior, acompanhado dos livros fiscais de registro dessas operações.

P. Lima

